

Receptividade de um grande credor à negociação ampla

Há algum tempo, falar-se em negociações entre governos para equacionar a questão da dívida externa era coisa de "economistas da oposição". Alérgava-se que esse caminho, utilizado tantas vezes no passado, não teria mais razão de ser em um período em que quase toda a dívida havia sido contraída com instituições financeiras privadas.

Agora, é o presidente do Bank of America, Samuel Armacost, que preconiza um entendimento entre governos, desde que com a participação dos bancos privados. Deve-se observar, a propósito, que os críticos do processo de renegociação brasileira em nenhum momento sugeriram que as instituições privadas fossem mantidas à margem. Simplesmente, eles têm insistido em ser fundamental que os governos dos países desenvolvidos assumam a responsabilidade de conduzir as negociações com os países endividados, levando em conta não só os aspectos puramente financeiros do relacionamento multilateral como também os aspectos comerciais.

Já se começa, por exemplo, a tomar consciência nos países industrializados de que a recuperação da economia mundial não irá muito longe se os países em desenvolvimento mantiverem excessivamente deprimidas as suas importações, de modo a poderem arcar com os pesados ônus de pagamento de juros sobre as suas dívidas externas. O presidente do segundo maior banco credor do Brasil mostrou ter essa visão ampla. Como declarou terça-feira em Brasília, Armacost acredita que as verdadeiras soluções para as dívidas dos países em desenvolvimento teriam de compatibilizar a administração do fluxo de caixa com uma política de crescimento econômico, que presume, naturalmente, uma maior capacidade de importar.

Está aí outro ponto que temos sempre defendido nestas colunas, compartilhando, aliás, o pensamento de empresários de reconhecida representatividade. Qualquer processo de ajuste que não

contemple a manutenção de um ritmo socialmente aceitável de crescimento econômico simplesmente não representa uma saída. Não acreditamos que seja possível ao País continuar expandindo continuamente as suas exportações se for cerceada, como vem sendo, a sua capacidade de produzir. E temos expressado as apreensões da sociedade com um esquema de contenção a ferro e fogo, que não só pode causar sérios prejuízos ao nosso desenvolvimento industrial no futuro como também vem tendo fundas consequências sociais.

O raciocínio de Armacost, absolutamente lógico, é de que as negociações com os credores não podem mais ser conduzidas para resolver os problemas — melhor dizendo, tapar buracos — por alguns meses ou um ano. Este não é só um método desgastante para a comunidade financeira internacional; o é muito mais para os países com elevado endividamento externo, impossibilitados de planejar o seu desenvolvimento.

A nova renegociação — que já se vem chamando, no caso do Brasil, de Fase 3 — há de ser ampla, prevendo o reescalonamento da dívida externa num horizonte de quinze ou vinte anos. A questão dos juros não pode igualmente ser elidida. Talvez não seja viável o estabelecimento de taxas fixas, parecendo mais fáceis de negociar taxas que mantenham uma correspondência com a inflação nos países industrializados. Mas, seja como for, as taxas terão de ser sensivelmente mais baixas que as atualmente praticadas no mercado internacional.

Não temos dúvida de que nos encontramos no limiar dessa nova fase. A atitude que vêm tomado homens como Armacost — refletindo a ação discreta que vem exercendo no mesmo sentido o presidente da Junta Federal de Reserva dos EUA, Paul Volcker — só nos confirma que a comunidade financeira internacional está pronta a responder a iniciativas politicamente mais ousadas das nações endividadas.